

Johann MICHEL, *Sociologie du Soi. Essai d'herméneutique appliquée*. Préface de Vincent de Gaulejac, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, 214 pp.

Pode afirmar-se, sem receio de incorrer em exagero ou injustiça histórica, que a relação entre a filosofia e as ciências sociais nunca foi fácil. Entre a pretensão da filosofia em se constituir como ciência omnienglobante e a tentativa, muitas vezes hiperbólica, de autonomização radical de ciências como a sociologia, nem sempre foi possível estabelecer um diálogo frutífero entre os dois domínios. No entanto, na segunda metade do século XX, autores como Paul Ricœur optaram por desenvolver abordagens transversais que acabaram por permitir uma fecundação da filosofia pelas ciências sociais e vice-versa.

Ricœur, como é sabido, desenvolveu uma abordagem hermenêutica da ação. Para além disso, construiu uma antropologia filosófica que coloca a ênfase nas capacidades de base do ser humano, na sua agência individual e colectiva, e reformulou radicalmente a teoria da identidade, insistindo no carácter real da *ipseidade*. Assim sendo, os agentes que podemos encontrar na filosofia ricoeuriana são sujeitos que se deixam interpelar pela questão do sentido; criam-no e são criados por ele, à medida que o questionam. Questionamento esse que incide no mundo, mas também no *si*, no sujeito que é entendido não como uma substância imutável, mas antes como uma entidade de carácter ético, capaz de aceitar a mudança, mas ainda assim com um grau de permanência suficiente para se poder falar de continuidade da identidade através do tempo. Trata-se, portanto, de uma identidade elástica cuja principal característica, para além do facto de se expressar na acção, nas obras e nas relações interpessoais, é o facto de ser *narrativa*.

Assim sendo, a filosofia ricoeuriana apresenta-nos um modelo de identidade que não só está aberto à discussão filosófica, como também é passível de ser confirmado ou infirmado, desenvolvido e reformulado pelas próprias análises empíricas das ciências sociais. E é nesse sentido que Johann Michel, autor que se coloca precisamente na intersecção entre a filosofia e as ciências sociais, se propõe desenvolver uma “sociologia do si” inspirada pela hermenêutica ricoeuriana.

O capítulo 1 da primeira parte (pp. 21-40) propõe-se lançar as bases teóricas da sociologia do si, a partir de três pontos de vista: metodológico, epistemológico e onto-antropológico. Do ponto de vista metodológico, Michel propõe-se seguir as bases metodológicas da sociologia interpreta-

tiva de Weber, na medida em que, precisamente, na sociologia interpretativa se coloca a ênfase na capacidade dos agentes sociais produzirem sentido (pp. 22-23), de serem mais que meros títeres de estruturas anónimas preexistentes. Reclamando-se explicitamente da abordagem da hermenêutica ricoeuriana da acção, a inovação metodológica de Michel consiste, no entanto, em levar mais longe o esforço de “desregionalização” da hermenêutica iniciado por Ricœur (p. 24). Ricœur insiste em que o objecto de interpretação (por exemplo, o texto, para não falar de estruturas como o símbolo ou a metáfora) se autonomiza do autor que o produz, criando o seu próprio mundo que, por sua vez, é alterado aquando da intersecção com o mundo de cada leitor. Esse esforço é já, em si, um esforço de “desregionalização” da hermenêutica, mas Michel pretende aprofundar esse movimento ao levar a cabo uma hermenêutica dos acontecimentos e das acções que produz interpretações *in situ* (p. 27), através do próprio trabalho empírico do sociólogo (que se transforma, portanto, numa espécie de “hermeneuta profissional”). Determinado acontecimento – e neste livro a Guerra da Argélia é um bom exemplo – pode inscrever-se de uma forma objectiva na vida de uma pessoa no exacto momento em que tem lugar, mas esse acontecimento pode ir mudando de sentido à medida em que é retrospectivamente considerado em ocasiões diferentes. A descontextualização e recontextualização do acontecimento podem, portanto, dar azo a novas interpretações e novas aplicações práticas desse mesmo acontecimento (p. 24). Michel propõe complementar a metodologia hermenêutica com uma metodologia fenomenológica, reconduzindo cada história de vida a um tipo que pode abarcar outras histórias de vida semelhantes, e com análises micro-sociológicas que permitam perceber de que forma é que a própria ordem social instituída se vai transformando através das práticas concretas associadas à autointerpretação dos sujeitos (p. 28).

Do ponto de vista epistemológico, o autor rejeita a oposição gadameriana entre verdade e método, optando por “explicar mais” (isto é, usar os métodos e técnicas sociológicas descritos acima) para “compreender melhor” (p. 30) e afirma que as ciências sociais se devem manter no horizonte hermenêutico; nesse caso, as técnicas de construção do si e de autointerpretação serão exemplos do momento hermenêutico de aplicação (p. 33); estas, ao serem submetidas à metodologia sociológica, abrirão simultaneamente a via de uma negociação do sentido da própria ipseidade dos sujeitos e facilitarão a tarefa foucaldiana de dizer a verdade sobre si mesmo, porque permitirão uma melhor compreensão do si por si-mesmo.

Do ponto de vista onto-antropológico, Michel explica que a sociologia do si, sendo hermenêutica, reconhece a tessitura de constituição da subjectividade como sendo enformada por tradições e culturas particulares, nas quais o sujeito se reconhece e a partir das quais se forma; nesse

sentido, parte da tarefa da sociologia do si será também a de explicitar a pré-compreensão do mundo, de si e da cultura na qual o sujeito se encontra sempre já lançado (p. 37). Simultaneamente, o autor mostra como os métodos empíricos não são necessariamente alienantes e que esses métodos, juntamente com o procedimento husserliano de variações imaginativas sobre o objecto, podem permitir o alargamento de horizontes da interpretação (p. 38).

No segundo capítulo da primeira parte (pp. 41-67), Johann Michel explica de que forma é que a sociologia do si pode ser complementada pela abordagem foucauldiana das técnicas de construção de si. No entanto, esclarece que enquanto Foucault se concentra nas técnicas de “cuidado do si” na filosofia antiga, a sociologia do si privilegiará uma abordagem directa à vida de indivíduos comuns, os quais não utilizam, na sua grande maioria, técnicas de ascese, purificação ou meditação mas que, ainda assim, encontram formas para “negociar” as rupturas biográficas da sua própria identidade e resistir aos modos de sujeição e dominação que lhes são impostos (p. 42).

Assim sendo, parte da análise do espaço social tal como ele está sempre, a cada vez, já constituído, com as suas normas e a interiorização das mesmas por parte dos actores sociais, com as suas práticas estabelecidas, os seus *hábitos* (no sentido bourdieusiano do termo). No entanto, Michel considera que embora o *habitus* tenha consistência sociológica, deve porém ser considerado um *habitus* aberto, no sentido em que os actores sociais podem contribuir para a transformação dessas mesmas práticas, reconfigurar essas disposições adquiridas através da reflexão, da imaginação e da interpretação (p. 43). Por conseguinte, a descrição da trajetória narrativa da vida dos indivíduos pretenderá evitar qualquer explicação determinista, estando antes aberta ao processo de “conflito de interpretações” (p. 45).

Seguindo a distinção de Claude Romano entre facto e acontecimento, a qual caracteriza o facto como sendo previsível e podendo ser reproduzido, e o acontecimento como algo que é imprevisível e que altera radicalmente o nosso horizonte de expectativas, Michel advoga que o acontecimento é precisamente aquilo que nos subjectiva (pp. 46-47). A partir daí, a análise incidirá no “acontecimento biográfico” como aquilo que marca radicalmente o percurso de uma vida. Acontecimento que poderá nem ser notado, ou não lhe ser atribuída importância quando ocorre, mas cuja significação se poderá adensar, até se tornar determinante, no futuro (pp. 46-49). O acontecimento biográfico pode causar uma ruptura biográfica (*quem sou eu, aquele que fez isto, ou a quem aconteceu aquilo?*) que exija uma nova “negociação” do sentido da minha vida, uma alteração radical dos processos da minha subjectivação. Nesses casos, o “trabalho narrativo” (p. 50) ajudará a recriar a continuidade da história de

uma vida – embora, caso tal hipótese se verifique, seja uma continuidade transmutada.

Uma das consequências da ocorrência de um acontecimento biográfico traumático é precisamente a de poder interromper a narrativa de uma vida, ou até a própria possibilidade de narrar; no limite, a própria capacidade de auto-reconhecimento pode estar em causa. O autor chama a atenção para o facto de a capacidade de lidar com estas rupturas do sentido não ser a mesma em todos os indivíduos (p. 50), tal como também não o é a capacidade de narrar. Prosseguindo esta linha de raciocínio, o autor afasta-se da concepção ricoeuriana de narrativa (entendida enquanto síntese do heterogéneo) e chama a atenção para a existência de narrativas descosidas, fragmentadas, desconstruídas, as quais têm uma dificuldade extrema em organizar os acontecimentos num todo ordenado. Segundo Michel, nesses tipos de expressão ainda se encontra a presença de narratividade, embora não consigam agenciar a narrativa como um todo. Por conseguinte, coloca a ênfase na experiência do impedimento narrativo como prova da importância do acontecimento biográfico: existem acontecimentos biográficos que, pela sua força, deixam o sujeito sem voz e sem narrativa (pp. 50-51). Esta abordagem acaba por detectar na teoria ricoeuriana uma predominância da concordância sobre a discordância e, contra Ricœur, por propor que se tome uma maior atenção aos casos de fragmentação radical da narrativa que, em última instância, obrigam os sujeitos a reconfigurar radicalmente as suas identidades e as técnicas que utilizam para as configurar (pp. 50-51). A ênfase no acontecimento biográfico permitirá ao autor mostrar a importância do acontecimento que o ocupará no resto do livro: os traços da guerra da Argélia nos descendentes de quem a viveu.

A guerra da Argélia aparece pois enquanto “acontecimento biográfico não vivido” (p. 53). Este tipo de acontecimentos afecta o sujeito de forma secundária e derivada (p. 54) e passa a fazer parte da memória histórico-semântica do indivíduo (p. 56) uma vez que, não tendo sido vivido, não pertence à história autobiográfica. Porém, ainda assim, pode revestir-se de uma enorme importância para a autobiografia das pessoas, porque pode influenciar de forma decisiva o percurso de vida das mesmas.

É com este pano de fundo teórico que, na segunda e na terceira partes do livro, as quais ocupam cerca de dois terços do mesmo, Johann Michel reconstrói a identidade narrativa e as técnicas de negociação e construção do si de onze indivíduos, todos mencionados pelo primeiro nome. Os indivíduos aparecem divididos em dois grupos: o de descendentes de trabalhadores argelinos imigrados em França, e o de descendentes de *harkis*, isto é, de forma simplificada, de argelinos (geralmente muçulmanos) que assumiram a defesa de França durante a guerra e ajudaram no

esforço militar, integrando o exército francês. Ou seja, a pesquisa empírica tem em conta ambos os lados da história e a forma como este acontecimento biográfico se tornou marcante não só para quem o viveu, como para quem o inclui no sentido da sua vida através do impacto que ele repercutiu nos seus antepassados, nas decisões que tomaram, e na forma como isso afecta as possibilidades e a auto-imagem dos descendentes. Não poderemos entrar no detalhe de cada uma das narrativas destes indivíduos, nem fazer uma elucidação exaustiva das técnicas utilizadas na negociação da identidade de cada um deles. Cumpre assinalar que no caso dos descendentes argelinos imigrados em França se nota, frequentemente, um fenómeno de dupla rejeição: sofrem socialmente por não serem, o mais das vezes, considerados “franceses de gema”, embora muitos deles tenham nascido em França; sofrem igualmente quando visitam o país de origem, porque temem ser considerados “traidores”. Quanto aos descendentes de *harkis*, sofrem muitas vezes por pertencerem a uma comunidade estigmatizada, uma comunidade a quem a República Francesa nunca conferiu o devido reconhecimento, ou prestou a devida ajuda, apesar dos serviços prestados, a maior parte das vezes com grande sacrifício pessoal.

Do grupo de descendentes argelinos imigrados em França, as técnicas de construção do si variam entre a assimilação ao republicanismo laico francês de Louis (pp. 79-90) e a orgulhosa identificação de Dalila com a comunidade árabe (pp. 109-120), passando pela posição intercultural, feita de um “bricolage” de múltiplas influências, de Anissa (pp. 91-99). Quanto aos descendentes de *harkis*, é curioso notar como a maior parte deles, tendo de resistir ao estigma da pertença a uma comunidade historicamente discriminada em França, recorre a diferentes tipos de imaginário para melhor enquadrar a sua identidade pessoal: Ourdia identifica-se com a cultura cosmopolita universalista e reivindica-se de um imaginário mediterrânico, que englobaria as suas identidades múltiplas (pp. 145-153); Zahra rejeita ser assimilada na cultura francesa e adquire estima através da inserção da sua família na comunidade muçulmana (pp. 155-167); Ahmed opta por se identificar com os valores burgueses clássicos do empreendedorismo e do *self-made man*, mostrando que um “filho de *harkis*” também pode ter sucesso (pp. 169-183) e Mohamed opera um trabalho imaginário de recuperação da sua filiação genealógica identificando o pai, militar, com a figura do “herói” e do serviço prestado à pátria francesa (pp. 185-193).

No final deste percurso, Johann Michel conclui que “a sociologia de inspiração hermenêutica abre caminho à constituição de ‘laboratórios’ nos quais se experimentam as técnicas de fabricação de um si, sempre já incarnado, que incessantemente se faz e se desfaz, de um si que nunca é um *mesmo*, de um si cuja intriga [*mise en intrigue*] permanece sempre parcial e inacabada” (p. 202).

É portanto todo um novo paradigma e todo um programa de trabalho interdisciplinar e potencialmente fecundo que nos é proposto por Johann Michel e do qual este livro mais não será, quem sabe, do que o primeiro tijolo. O resultado destes métodos empíricos e sobretudo o novo quadro teórico revestem-se de interesse para quem trabalhar sobre hermenêutica, identidade pessoal, teoria do reconhecimento e narratividade. Acima de tudo, o livro e a sua metodologia acabam por ser um bom exemplo de uma abordagem interdisciplinar que, partindo da filosofia, a complementa e testa as suas hipóteses em diálogo com as ciências sociais – um esforço que é tão louvável quanto raro e que contribui para a aproximação de dois domínios que só têm a ganhar com a sua interacção recíproca.

*Gonçalo Marcelo*